澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL

DE MACAU

Lei n.º 7/2025

第 7/2025 號法律

修改第3/2000號法律《立法會立法屆及議員章程》

Alteração à Lei n.º 3/2000 — Da Legislatura e do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa

立法會根據《澳門特別行政區基本法》第七十一條（一）項，制定本法律。

A Assembleia Legislativa decreta, nos termos da alínea 1) do artigo 71.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, para valer como lei, o seguinte:

第一條

修改第3/2000號法律

Artigo 1.º

Alteração à Lei n.º 3/2000

經第13/2008號法律和第12/2009號法律修改的第3/2000號法律第十條、第十五條、第十六條、第十七條、第十九條、第二十二條、第二十三條、第三十三條、第三十八條和第四十五條的修改如下：

Os artigos 10.º, 15.º, 16.º, 17.º, 19.º, 22.º, 23.º, 33.º, 38.º e 45.º da Lei n.º 3/2000, alterada pelas Leis n.ºs 13/2008 e 12/2009, passam a ter a seguinte redacção:

“第十條

就職、宣誓

«Artigo 10.º

Tomada de posse e prestação de juramento

一、 [.....]

1. [...].

二、 [.....]

2. [...].

三、就職的形式和宣誓效忠的內容，應遵從第4/1999號法律《就職宣誓法》的規定。

3. A forma da tomada de posse e o conteúdo dos juramentos de fidelidade seguem os termos fixados na Lei n.º 4/1999 (Lei dos juramentos por ocasião do acto de posse).

四、除第4/1999號法律規定的程序外，議員還應簽署該法律附件所規定的相關誓詞。

4. Para além dos procedimentos previstos na Lei n.º 4/1999, os Deputados devem ainda assinar o respectivo termo de juramento previsto no Anexo daquela Lei.

第十五條

職務的中止

Artigo 15.º

Suspensão do mandato

議員一旦被提起刑事程序或嚴重違反本法律及《立法會議事規則》規定的議員義務，則可根據第二十七條至第二十七-B條被中止職務。

Podem determinar a suspensão do mandato o procedimento penal e a grave violação dos deveres dos Deputados previstos na presente Lei e no Regimento da Assembleia Legislativa, nos termos dos artigos 27.º a 27.º - B.

第十六條

中止的效力

職務中止僅對議員職務上的權力和義務，以及月報酬產生效力。

第十七條

中止的結束

根據第十五條規定的職務中止，屬因刑事程序的情況，職務中止在確定性作出不起訴批示或同類批示或無罪判決時即結束；屬因嚴重違反議員義務的情況，則在全體會議訂定的期限屆滿時結束。

第十九條

資格的喪失

一、 [.....]

(一) [.....]

(二) [.....]

(三) [.....]

(四) [.....]

(五) 在特區區內或區外犯有刑事罪行，被判處監禁三十日以上。

二、 [.....]

三、 [.....]

四、章程及任期委員會可借助其認為對上款所指的事實獲證明與否屬重要的任何資料和文件。

五、 [原第四款]

Artigo 16.º

Efeitos da suspensão

A suspensão do mandato apenas produz efeitos em relação aos poderes e deveres funcionais dos Deputados e à remuneração mensal.

Artigo 17.º

Cessação da suspensão

A suspensão do mandato cessa logo que proferidos, com trânsito em julgado, despacho de não-pronúncia ou equivalente ou sentença absolutória, ou no fim do prazo determinado pelo Plenário, conforme se trate de suspensão por procedimento penal, ou por grave violação dos deveres dos Deputados, nos termos previstos no artigo 15.º.

Artigo 19.º

Perda do mandato

1. [...].

1) [...];

2) [...];

3) [...];

4) [...];

5) Condenação em pena de prisão de 30 ou mais dias, por ilícito criminal praticado dentro ou fora da RAEM.

2. [...].

3. [...].

4. A Comissão de Regimento e Mandatos pode socorrer-se de quaisquer informações e documentos que considere relevantes para a comprovação ou não dos factos referidos no número anterior.

5. [Anterior n.º 4].

六、根據上款規定的辯護權，有關議員得向章程及任期委員會提交其所有的重要文件，以及獲委員會聽取其陳述，且經委員會議決，該等文件可附於委員會的意見書內。

七、有關議員亦有權根據《議事規則》第七十二條第一款在全體會議作出陳述，但不得超過十五分鐘，發言結束後隨即進行表決。

八、上款所指的表決以不記名方式進行，由全體議員過半數通過，且有關議員不得投票。

九、如屬因第二十三條第四款及第五款而引致的喪失資格的情況，由立法會主席決定喪失議員資格，且不適用第二款至第八款的規定。

十、喪失資格的議員應隨即離開全體會議室；倘議員拒絕離開，主席得要求立法會配備的保安人員協助。

十一、有關資格喪失的議決或立法會主席根據第九款作出的決定須在《澳門特別行政區公報》上公佈，並在通過或作出後即時生效。

第二十二條

缺席的解釋

一、議員應預先以書面向立法會主席或有關委員會主席通知其缺席全體會議或委員會的會議。

二、下列情況構成上款規定的例外情況，有關書面通知應於事實發生後五日內為之：

(一) [……]

(二) [原(三)項]

(三) 喪事。

6. Nos termos do direito de defesa previsto no número anterior, o Deputado visado pode apresentar perante a Comissão de Regimento e Mandatos os documentos relevantes de que disponha, bem como ser ouvido pela Comissão, podendo aqueles documentos ser anexados ao parecer da Comissão mediante deliberação desta.

7. O Deputado visado tem ainda o direito de fazer uma comunicação ao Plenário por tempo que não pode exceder quinze minutos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 72.º do Regimento, finda a qual se procede de imediato à votação.

8. A votação referida no número anterior é feita por escrutínio secreto e é tomada com os votos de mais de metade do número total dos Deputados, estando o Deputado visado impedido de votar.

9. A perda do mandato determinada ao abrigo dos n.ºs 4 e 5 do artigo 23.º é decidida pelo Presidente da Assembleia Legislativa, sendo inaplicável o disposto nos n.ºs 2 a 8.

10. O Deputado abrangido pela perda do mandato deve abandonar imediatamente a sala do Plenário, podendo o Presidente recorrer às forças de segurança postas ao dispor da Assembleia Legislativa, caso o Deputado se recuse a fazê-lo.

11. A deliberação de perda do mandato ou a decisão tomada pelo Presidente da Assembleia Legislativa nos termos do n.º 9 é publicada no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau* e entram em vigor imediatamente após a sua aprovação ou a tomada de decisão.

Artigo 22.º

Justificação das faltas

1. Os Deputados devem comunicar previamente por escrito ao Presidente da Assembleia Legislativa ou da respectiva comissão a ausência a qualquer reunião do Plenário ou das comissões.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as situações seguintes, as quais devem ser comunicadas por escrito no prazo de cinco dias contados da data da ocorrência do facto:

1) […];

2) [Anterior alínea 3)];

3) O luto.

三、對主席行使本條所規定權限而決定議員為無理缺席者，得向執行委員會提出上訴。

3. Cabe sempre recurso para a Mesa das decisões de indeferimento proferidas pelo Presidente no uso da competência prevista no presente artigo.

第二十三條

違反誓言

一、 [.....]

(一) [.....]

(二) 作出經證實在客觀上不擁護《基本法》和對特區不忠的事實。

二、 [.....]

三、第一款(二)項所指的事實是指《刑法典》第二卷第五編第一章、第2/2009號法律《維護國家安全法》第二章、第5/1999號法律《國旗、國徽及國歌的使用及保護》第十三條及第6/1999號法律《區旗及區徽的使用及保護》第七條所規定的刑事不法行為。

四、違反第3/2001號法律通過的《澳門特別行政區立法會選舉法》第三十三條第四款規定的情況亦屬第一款(二)項所指的事實。

五、《澳門特別行政區立法會選舉法》第三十三條第二款的規定經作出適當配合後，適用於上款所指的情況。

第三十三條

其他權利

一、 [.....]

(一) [.....]

(二) [.....]

(三) [.....]

Artigo 23.º

Violação de juramento

1. [...]:

1) [...];

2) A prática de factos que, objectiva e comprovadamente, revelem que não defende a Lei Básica e que não é fiel à RAEM.

2. [...].

3. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea 2) do n.º 1, são considerados os ilícitos penais tipificados no Capítulo I do Título V do Livro II do Código Penal, no Capítulo II da Lei n.º 2/2009 (Lei relativa à defesa da segurança do Estado), no artigo 13.º da Lei n.º 5/1999 (Utilização e protecção da Bandeira, Emblema e Hino Nacionais), e no artigo 7.º da Lei n.º 6/1999 (Utilização e Protecção da Bandeira e do Emblema Regionais).

4. É ainda considerada, para efeitos do disposto na alínea 2) do n.º 1, a violação das circunstâncias previstas no n.º 4 do artigo 33.º da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, aprovada pela Lei n.º 3/2001.

5. É aplicável à situação referida no número anterior o n.º 2 do artigo 33.º da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, com as necessárias adaptações.

Artigo 33.º

Outros direitos

1. [...].

1) [...];

2) [...];

3) [...];

(四) [……]	4) […];
(五) [……]	5) […];
(六) [……]	6) […];
(七) [……]	7) […];
(八) 為立法會外出公幹，享有日津貼、啟程津貼、頭等航空機票、人身和行李保險，其條件由執行委員會訂定；	8) Ajudas de custo diárias e de embarque, passagens aéreas em primeira classe e seguros de vida e de bagagem, quando se desloquem em serviço da Assembleia Legislativa, em condições a fixar pela Mesa;
(九) 設立接待市民辦事處。	9) Criar gabinetes de atendimento à população.
二、 [……]	2. […].
三、 [……]	3. […].
四、 [……]	4. […].
五、 [……]	5. […].

第三十八條

義務

一、議員負有下列義務：

(一) 嚴格遵守和擁護《基本法》，效忠中華人民共和國澳門特別行政區，維護《中華人民共和國憲法》及《基本法》確定的憲制秩序；

(二) 踐行“愛國者治澳”原則，維護國家主權、安全、發展利益；

(三) 尊重和履行根據《基本法》第一百零一條和第四/1999號法律規定所作出的效忠宣誓；

(四) [原(二)項]

Artigo 38.º

Elenco

1. Constituem deveres dos Deputados:

1) Observar rigorosamente e defender a Lei Básica, ser fiel à RAEM da República Popular da China e defender a ordem constitucional estabelecida na Constituição da República Popular da China e na Lei Básica;

2) Concretizar o princípio “Macau governado por patriotas” e defender a soberania, a segurança e o interesse de desenvolvimento do Estado;

3) Respeitar e cumprir o juramento de fidelidade prestado ao abrigo do disposto no artigo 101.º da Lei Básica e na Lei n.º 4/1999;

4) [Anterior alínea 2)];

(五) 尊重立法會主席和執行委員會的權責，維護立法會的依法有序運作；

(六) 擔任或履行在立法會內獲選出任的職位和職務，盡忠職守，廉潔奉公，密切聯繫市民；

(七) 出席全體會議和所屬委員會會議，參加表決；

(八) 不參加存在利益衝突的表決；

(九) 嚴格遵守本法律及特區現行的其他法律和規範性文件、立法會的《議事規則》、決議以及全體會議和執行委員會的議決；

(十) [原(五)項]

(十一) [原(六)項]

(十二) [原(七)項]

二、就上款(八)項規定的效力而言，倘表決的結果對議員的權利義務範圍造成直接和即時的財產或非財產性的結果，視為議員存在利益衝突。

第四十五條

全體會議議決的表決規則

第二十六條第二款及第二十七條第二款所規定的議決以不記名投票方式，由全體議員過半數通過。”

第二條

增加第3/2000號法律的條文

在第3/2000號法律內增加第十九-A條、第二十七-B條和第三十八-A條，內容如下：

5) Acatar a autoridade do Presidente e da Mesa e defender o funcionamento legal e ordenado da Assembleia Legislativa;

6) Desempenhar na Assembleia Legislativa os cargos e as funções para que sejam eleitos, desempenhar fielmente as funções em que sejam investidos, ser honestos e dedicados para com o público e desenvolver um relacionamento estreito com os cidadãos;

7) Comparecer às reuniões plenárias e das comissões a que pertençam e participar nas votações;

8) Não participar em votações em que se encontrem em situação de conflito de interesses;

9) Cumprir rigorosamente a presente e as demais leis e actos normativos vigentes na RAEM, o Regimento, as resoluções, e as deliberações do Plenário e da Mesa da Assembleia Legislativa;

10) [Anterior alínea 5)];

11) [Anterior alínea 6)];

12) [Anterior alínea 7)].

2. Para efeitos da alínea 8) do número anterior, considera-se que um Deputado está em situação de conflito de interesses quando do resultado da votação resulte uma consequência directa e imediata, patrimonial ou não, na sua esfera jurídica.

Artigo 45.º

Regras de votação das deliberações do Plenário

As deliberações previstas no n.º 2 do artigo 26.º e no n.º 2 do artigo 27.º são tomadas com os votos de mais de metade do número total dos Deputados, através de escrutínio secreto.»

Artigo 2.º

Aditamento à Lei n.º 3/2000

São aditados à Lei n.º 3/2000 os artigos 19.º-A, 27.º - B e 38.º - A, com a seguinte redacção:

“第十九-A條
須予考慮的判決

第十九條第一款（五）項的規定，包括下列情況：

- （一）實際徒刑；
- （二）徒刑的暫緩執行；
- （三）以罰金代替徒刑。

第二十七-B條
因嚴重違反議員義務的職務中止

一、經適當說明理由和提交所有為此目的屬重要的文件，任何議員得向立法會主席指出其他議員嚴重違反議員義務。

二、倘主席認為所陳述的事實屬重要和具有充分依據，則將有關事項送交章程及任期委員會，章程及任期委員會應展開程序，並在主席訂立的期限內對有關事實獲證明與否發表意見。

三、於收到章程及任期委員會的意見書後，倘意見書的結論是存在嚴重違反議員義務的情況，則主席將有關事項送交全體會議作議決。

四、由全體會議議決職務的中止和期間，視乎獲確定的事實嚴重程度，有關期間最低為七日，最高為三十日，但不得超過立法屆結束的日期。

五、不妨礙第一款的規定，主席或執行委員會可要求章程及任期委員會展開調查，以確定議員是否嚴重違反其義務，並將所有為釐清有關事項屬重要的資料送交章程及任期委員會。

六、第十九條第四款至第十款的規定經必要配合後適用於本條規定的事項。

«Artigo 19.º - A
Delimitação das condenações atendíveis

O disposto na alínea 5) do n.º 1 do artigo 19.º abrange as seguintes situações:

- 1) Pena efectiva de prisão;
- 2) Suspensão da execução de pena de prisão;
- 3) Substituição de pena de prisão por pena de multa.

Artigo 27.º - B
Suspensão do mandato por grave violação dos deveres de Deputado

1. Qualquer Deputado pode, de forma devidamente fundamentada e apresentando os documentos relevantes para o efeito, suscitar junto do Presidente da Assembleia Legislativa a grave violação, por parte de qualquer Deputado, dos seus deveres de Deputado.

2. No caso de o Presidente considerar relevantes e devidamente fundamentados os factos alegados, envia o assunto para a Comissão de Regimento e Mandatos, que deve instruir o processo e emitir parecer sobre a comprovação ou não daqueles factos no prazo determinado pelo Presidente.

3. Após a recepção do parecer da Comissão de Regimento e Mandatos que conclua no sentido de grave violação dos deveres do Deputado, o Presidente submete o assunto ao Plenário para efeitos de deliberação.

4. Compete ao Plenário deliberar sobre a suspensão do mandato e respectiva duração, não podendo esta, atendendo à gravidade dos factos apurada, ser inferior a sete nem superior a trinta dias, ou ultrapassar o termo da Legislatura.

5. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Presidente ou a Mesa podem solicitar à Comissão de Regimento e Mandatos que proceda a um inquérito para apurar se determinado Deputado violou gravemente os seus deveres, enviando à Comissão todos os elementos de que disponham que sejam relevantes para o esclarecimento da matéria.

6. À matéria prevista neste artigo aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 4 a 10 do artigo 19.º.

第三十八-A條

譴責

一、不影響第十九條、第二十七條至第二十七-B條的規定，全體會議得對違反本法律、《議事規則》和立法會其他決議規定的義務的議員予以譴責。

二、上款所指的譴責須透過適當說明理由的書面申請，由不超過九名議員簽署向主席提出，且該申請應附同為說明當中所主張的事實屬重要的任何文件。

三、主席應要求申請人提交任何其認為對證明申請所主張的事實屬必需的補充資料，並可要求章程及任期委員會發表意見；章程及任期委員會應聽取有關議員陳述和要求其提交委員會認為對釐清有關事項屬重要的資料。

四、申請一經接納，主席將申請書副本分發全體議員，並因應立法會的工作將申請的表決列入全體會議的議程，但不得安排在全體議員收到申請書後十日內進行表決。

五、對譴責進行的表決中，提出申請的議員或共同申請人中的首位申請人作不超過五分鐘的發言，以向全體會議解釋導致提出申請的事實。

六、譴責所針對的議員在全體會議上有辯護權，時間不得超過十五分鐘，完結後隨即進行表決。

七、上款所指的表決須以不記名投票方式進行，由全體議員過半數通過，且譴責所針對的議員不得投票。

八、全體會議的議決須公佈於《澳門特別行政區公報》，並在公佈後生效。”

第三條

增加分節

在第3/2000號法律第二編第二章第三節增加第三分節，標題為“義務的履行”，並由第三十八-A條組成。

Artigo 38.º - A

Censura

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 19.º e nos artigos 27.º a 27.º - B, o Deputado que violar os deveres previstos na presente lei, no Regimento e nas demais resoluções da Assembleia Legislativa pode ser objecto de censura pelo Plenário.

2. A censura a que se refere o número anterior pode ser apresentada ao Presidente por qualquer Deputado e ser subscrita até um número máximo de nove Deputados, mediante requerimento escrito devidamente fundamentado, devendo ser juntos ao mesmo quaisquer documentos relevantes para o esclarecimento dos factos nele alegados.

3. O Presidente deve solicitar ao Proponente quaisquer elementos complementares que entenda necessários à comprovação dos factos alegados no requerimento, podendo solicitar a emissão de parecer à Comissão de Regimento e Mandatos, devendo esta ouvir o Deputado em causa e solicitar-lhe os elementos que considere relevantes para o esclarecimento da matéria.

4. Admitido o requerimento, o Presidente distribui cópia a todos os Deputados e agenda a sua votação para reunião plenária em conformidade com os trabalhos da Assembleia Legislativa, não podendo, contudo, ser agendada a votação antes de decorridos 10 dias sobre a recepção do requerimento por todos os Deputados.

5. Aquando da votação da censura, o Deputado proponente ou o primeiro dos Deputados proponentes faz uma explanação ao Plenário sobre os factos que determinaram a sua propositura, a qual não pode exceder cinco minutos.

6. O Deputado objecto de censura tem o direito de defesa perante o Plenário, por tempo que não pode exceder quinze minutos, findo o qual se procede de imediato à votação.

7. A votação referida no número anterior é feita por escrutínio secreto e tomada por mais de metade do número total dos Deputados, estando o Deputado objecto de censura impedido de votar.

8. A deliberação do Plenário é publicada no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau* e entra em vigor após a sua publicação.»

Artigo 3.º

Aditamento de subsecção

É aditada à Secção III do Capítulo II do Título II da Lei n.º 3/2000 a Subsecção III, com a epígrafe «Do cumprimento dos deveres», sendo constituída pelo artigo 38.º - A.

第四條
修改標題及表述

一、第3/2000號法律第十二條的標題改為“財產及利益的申報”。

二、上款所指法律的第十二條第一款所表述的“根據六月二十九日第3/98/M號法律規定提交一份收益及財產利益的聲明”改為“根據第11/2003號法律《財產及利益申報法律制度》規定提交一份財產及利益申報書”。

第五條
廢止

廢止第3/2000號法律第三十七條。

第六條
重新公佈

經加入本法律、第13/2008號法律及第12/2009號法律通過的修改後，以附件形式重新公佈第3/2000號法律並對其條文重新編號。

第七條
生效

本法律自二零二五年十月十六日起生效。

二零二五年七月九日通過。

立法會主席 高開賢

二零二五年七月十一日簽署。

命令公佈。

行政長官 岑浩輝

Artigo 4.º

Alteração de epígrafe e de expressão

1. A epígrafe do artigo 12.º da Lei n.º 3/2000 é alterada para «Declaração de bens patrimoniais e interesses».

2. A expressão «apresentar uma declaração de rendimentos e interesses patrimoniais, nos termos do disposto na Lei n.º 3/98/M, de 29 de Junho», constante do n.º 1 do artigo 12.º da Lei referida no número anterior, é alterada para «apresentar uma declaração de bens patrimoniais e interesses, nos termos do disposto na Lei n.º 11/2003 (Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses)».

Artigo 5.º

Revogação

É revogado o artigo 37.º da Lei n.º 3/2000.

Artigo 6.º

Republicação

É republicada, em anexo, a Lei n.º 3/2000, integrando as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 13/2008 e 12/2009 e pela presente lei, procedendo-se à sua renumeração.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia 16 de Outubro de 2025.

Aprovada em 9 de Julho de 2025.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Kou Hoi In*.

Assinada em 11 de Julho de 2025.

Publique-se.

O Chefe do Executivo, *Sam Hou Fai*.

附件
重新公佈
澳門特別行政區
第 3/2000 號法律

立法會立法屆及議員章程

(經第13/2008號、第12/2009號法律和第7/2025號
法律修改)

立法會根據《澳門特別行政區基本法》第七十一條(一)
項制定本法律：

第一編
立法屆

第一條
立法會任期

立法會每一屆任期為四年。

第二條
立法會的解散

一、立法會如在《澳門特別行政區基本法》(以下簡稱“基本法”)第五十二條所規定的情況下被解散，則應於九十日內依法組成新立法會。

二、立法會一經組成，新立法屆即開始。

第三條
首次會議

立法會應根據本身權利在每一立法屆首日舉行會議；或在上條規定的情況下，則在訂定其組成的文件公佈後第五個工作日舉行會議。

ANEXO
REPUBLICAÇÃO
REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU
Lei n.º 3/2000

(Alterada pelas Leis n.ºs 13/2008, 12/2009 e 7/2025)

Da Legislatura e do Estatuto dos Deputados à
Assembleia Legislativa

A Assembleia Legislativa decreta, nos termos da alínea 1) do artigo 71.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, para valer como lei, o seguinte:

Título I
Da legislatura

Artigo 1.º
Duração da legislatura

Cada legislatura da Assembleia Legislativa tem a duração de quatro anos.

Artigo 2.º
Dissolução da Assembleia Legislativa

1. Em caso de dissolução da Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 52.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, adiante designada simplesmente «Lei Básica», deve constituir-se, nos termos da lei, uma nova Assembleia no prazo de noventa dias.

2. Uma vez constituída, a Assembleia Legislativa inicia uma nova legislatura.

Artigo 3.º
Primeira reunião

A Assembleia Legislativa reúne, por direito próprio, no primeiro dia de cada legislatura ou no quinto dia útil após a publicação dos instrumentos que fixem a sua composição, no caso previsto no artigo anterior.

第四條
立法會會期

- 一、每一立法屆由四個立法會會期組成。
- 二、每一立法會會期為一年，由十月十六日開始，但不妨礙下款規定。
- 三、在第二條規定的情況下，第一立法會期自新立法屆首次會議開始至十月十五日結束。

第五條
正常運作期

- 一、立法會的正常運作期由十月十六日至翌年八月十五日。
- 二、正常運作期的提前或延長，均根據《立法會議事規則》規定為之。

第六條
例外情況

第四十九條規定屬本編的例外情況。

第二編
議員的任期、職務及資格

第一章
一般規定

第一節
任期、職務及資格

第七條
平等及代表性

- 一、全體議員，不論選任或委任者，在其任期內均享有同等的地位及相同的權利、權力和義務。

Artigo 4.º

Sessão legislativa

1. Cada legislatura é constituída por quatro sessões legislativas.
2. Cada sessão legislativa tem a duração de um ano e inicia-se a 16 de Outubro, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
3. No caso previsto no artigo 2.º, a primeira sessão legislativa inicia-se com a primeira reunião da nova legislatura e termina em 15 de Outubro seguinte.

Artigo 5.º

Período normal de funcionamento

1. O período normal de funcionamento da Assembleia Legislativa decorre de 16 de Outubro a 15 de Agosto.
2. A antecipação ou a prorrogação do período normal de funcionamento são reguladas no Regimento da Assembleia Legislativa.

Artigo 6.º

Ressalva

Para os efeitos do disposto no presente Título, fica ressalvado o disposto no artigo 49.º.

Título II

Do mandato de Deputado

Capítulo I

Das disposições gerais

Secção I

Do âmbito do mandato

Artigo 7.º

Igualdade e representatividade

1. No exercício do seu mandato, todos os Deputados, sejam eleitos ou nomeados, têm o mesmo estatuto e são iguais em direitos, poderes e deveres.

二、全體議員，不論選任或委任者，均代表澳門特別行政區（以下簡稱“特區”）及其市民的利益。

第八條

任期的開始及終止

一、議員的任期為整個立法屆。

二、在不妨礙第四十九條規定的情況下，任期由根據第三條而舉行的立法屆首次會議開始，至下一立法屆首次會議終止。

三、如選任或委任議員出缺，應分別於出缺後一百八十日及九十日內填補，但在該等期限內適值任期結束者除外。

四、如在立法屆內選任議員出缺，則在上款所規定的期限內透過補選進行填補。

五、為填補出缺而獲選任或委任的議員，服務至該立法屆結束時止。

第二節

資格的符合

第九條

定義

不論選任或委任的議員，經就職宣誓後，即視為符合議員資格，但不妨礙第五十條的規定。

第十條

就職、宣誓

一、議員就職時，應按照《基本法》第一百零一條規定宣誓效忠。

二、立法會主席還應按照《基本法》第一百零二條規定宣誓效忠。

2. Todos os Deputados, sejam eleitos ou nomeados, representam os interesses da Região Administrativa Especial de Macau, adiante designada simplesmente «RAEM», e da respectiva população.

Artigo 8.º

Início e termo do mandato

1. O mandato dos Deputados tem a duração de uma legislatura.

2. Sem prejuízo do disposto no artigo 49.º, o mandato inicia-se com a primeira reunião da legislatura, nos termos do artigo 3.º, e cessa com a primeira reunião da legislatura seguinte.

3. O preenchimento das vagas de Deputados eleitos deve ser feito no prazo de cento e oitenta dias após a verificação da vaga, sendo o das vagas de Deputados nomeados no prazo de noventa dias, salvo se o termo do mandato ocorrer dentro desses prazos.

4. Tratando-se de Deputados eleitos, as vagas que se verificarem durante uma legislatura são preenchidas através de eleição suplementar a realizar no prazo previsto no número anterior.

5. Os Deputados que vierem a ser eleitos ou nomeados para preenchimento de vagas servem até ao fim da legislatura em curso.

Secção II

Da perfeição do mandato

Artigo 9.º

Sentido

O mandato dos Deputados, sejam eleitos ou nomeados, torna-se perfeito após a tomada de posse e a prestação do juramento, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º.

Artigo 10.º

Tomada de posse e prestação de juramento

1. Ao tomarem posse, os Deputados à Assembleia Legislativa devem prestar o juramento de fidelidade previsto no artigo 101.º da Lei Básica.

2. O Presidente da Assembleia Legislativa deve ainda prestar o juramento de fidelidade previsto no artigo 102.º da Lei Básica.

三、就職的形式和宣誓效忠的內容，應遵從第4/1999號法律《就職宣誓法》的規定。

四、除第4/1999號法律規定的程序外，議員還應簽署該法律附件所規定的相關誓詞。

第十一條 就職宣誓的時間

一、議員在第三條所規定的日期，於立法會首次會議前就職宣誓。

二、倘為填補空缺的情況，則由主席決定日期，在新議員獲委任或選任的文件公佈後十個工作日內進行就職宣誓。

第十二條 財產及利益的申報

一、議員就職時，應根據第11/2003號法律《財產及利益申報法律制度》規定提交一份財產及利益申報書。

二、不遵守上款規定者，即被視為不符合議員資格的規定，並可構成第十九條所規定的資格喪失的原因。

第十三條 資格的不存在

如不遵守第十條的規定，有關資格在法律上視為不存在。

第十四條 議員的代替

如出現上條所指情況，則按需要進行補選或重新委任，第八條第三款至第五款規定經必要配合後適用。

3. A forma da tomada de posse e o conteúdo dos juramentos de fidelidade seguem os termos fixados na Lei n.º 4/1999 (Lei dos juramentos por ocasião do acto de posse).

4. Para além dos procedimentos previstos na Lei n.º 4/1999, os Deputados devem ainda assinar o respectivo termo de juramento previsto no Anexo daquela Lei.

Artigo 11.º

Momento da tomada de posse e da prestação do juramento

1. Os Deputados tomam posse e prestam o seu juramento na data prevista no artigo 3.º, em momento anterior à da realização da primeira reunião da Assembleia Legislativa.

2. No caso de preenchimento de vagas, a tomada de posse e a prestação do juramento realizam-se até ao décimo dia útil após a publicação dos instrumentos de designação dos novos Deputados, em data a fixar pelo Presidente.

Artigo 12.º

Declaração de bens patrimoniais e interesses

1. Ao tomarem posse, os Deputados à Assembleia Legislativa devem também apresentar uma declaração de bens patrimoniais e interesses, nos termos do disposto na Lei n.º 11/2003 (Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses).

2. O incumprimento do disposto no número anterior torna o mandato irregular, podendo constituir causa de perda de mandato, nos termos do disposto no artigo 19.º.

Artigo 13.º

Inexistência do mandato

É juridicamente inexistente o mandato em caso de incumprimento do disposto no artigo 10.º.

Artigo 14.º

Substituição de Deputado

No caso previsto no artigo anterior, procede-se a eleição suplementar ou a nova nomeação, conforme o caso, aplicando-se o disposto nos números 3 a 5 do artigo 8.º, com as necessárias adaptações.

第三節**職務的中止、資格的放棄及喪失****第十五條****職務的中止**

議員一旦被提起刑事程序或嚴重違反本法律及《立法會議事規則》規定的議員義務，則可根據第二十八條至第三十條被中止職務。

第十六條**中止的效力**

職務中止僅對議員職務上的權力和義務，以及月報酬產生效力。

第十七條**中止的結束**

根據第十五條規定的職務中止，屬因刑事程序的情況，職務中止在確定性作出不起訴批示或同類批示或無罪判決時即結束；屬因嚴重違反議員義務的情況，則在全體會議訂定的期限屆滿時結束。

第十八條**資格的放棄**

一、任何議員得透過向立法會主席提交書面聲明而放棄資格。

二、經執行委員會在全體會議上宣佈後，放棄即生效，並須在《澳門特別行政區公報》上公佈。

第十九條**資格的喪失**

一、議員在下列任一情況下喪失資格：

(一) 因嚴重疾病或其他原因無力履行職務；

Secção III**Da suspensão, renúncia e perda do mandato****Artigo 15.º****Suspensão do mandato**

Podem determinar a suspensão do mandato o procedimento penal e a grave violação dos deveres dos Deputados previstos na presente Lei e no Regimento da Assembleia Legislativa, nos termos dos artigos 28.º a 30.º.

Artigo 16.º**Efeitos da suspensão**

A suspensão do mandato apenas produz efeitos em relação aos poderes e deveres funcionais dos Deputados e à remuneração mensal.

Artigo 17.º**Cessação da suspensão**

A suspensão do mandato cessa logo que proferidos, com trânsito em julgado, despacho de não-pronúncia ou equivalente ou sentença absolutória, ou no fim do prazo determinado pelo Plenário, conforme se trate de suspensão por procedimento penal, ou por grave violação dos deveres dos Deputados, nos termos previstos no artigo 15.º.

Artigo 18.º**Renúncia ao mandato**

1. Qualquer Deputado pode renunciar ao mandato, mediante declaração escrita apresentada ao Presidente da Assembleia Legislativa.

2. A renúncia produz efeitos com o respectivo anúncio pela Mesa em reunião plenária, sendo objecto de publicação no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau*.

Artigo 19.º**Perda do mandato**

1. Perde o mandato o Deputado que se encontre numa das seguintes circunstâncias:

1) Incapacidade para o desempenho das suas funções em virtude de doença grave ou outras razões;

- (二) 擔任法律規定不得兼任的職務；
- (三) 未得到立法會主席同意，連續五次或間斷十五次缺席會議而無合理解釋；
- (四) 違反議員誓言；
- (五) 在特區區內或區外犯有刑事罪行，被判處監禁三十日以上。
- 二、資格喪失的決定，由全體會議在聽取章程及任期委員會意見後作出。
- 三、由章程及任期委員會展開程序，並對已知第一款所指的事實獲證明與否發表意見。
- 四、章程及任期委員會可借助其認為對上款所指的事實獲證明與否屬重要的任何資料和文件。
- 五、有關議員在章程及任期委員會和全體會議上有辯護權，並得在全體會議作出確定性議決前，繼續擔任職務。
- 六、根據上款規定的辯護權，有關議員得向章程及任期委員會提交其所有的重要文件，以及獲委員會聽取其陳述，且經委員會議決，該等文件可附於委員會的意見書內。
- 七、有關議員亦有權根據《議事規則》第七十二條第一款在全體會議作出陳述，但不得超過十五分鐘，發言結束後隨即進行表決。
- 八、上款所指的表決以不記名方式進行，由全體議員過半數通過，且有關議員不得投票。
- 九、如屬因第二十四條第四款及第五款而引致的喪失資格的情況，由立法會主席決定喪失議員資格，且不適用第二款至第八款的規定。
- 十、喪失資格的議員應隨即離開全體會議室；倘議員拒絕離開，主席得要求立法會配備的保安人員協助。
- 十一、有關資格喪失的議決或立法會主席根據第九款作出的決定須在《澳門特別行政區公報》上公佈，並在通過或作出後即時生效。
- 2) Incompatibilidade de cargo prevista na lei;
- 3) Ausência em cinco reuniões consecutivas ou em quinze interpoladas, sem anuência do Presidente da Assembleia Legislativa ou motivo justificativo;
- 4) Violação do juramento de Deputado;
- 5) Condenação em pena de prisão de 30 ou mais dias, por ilícito criminal praticado dentro ou fora da RAEM.
2. A perda do mandato é decidida pelo Plenário, ouvida a Comissão de Regimento e Mandatos.
3. Compete à Comissão de Regimento e Mandatos instruir o processo e emitir parecer sobre a comprovação ou não dos factos previstos no n.º 1 de que tenha conhecimento.
4. A Comissão de Regimento e Mandatos pode socorrer-se de quaisquer informações e documentos que considere relevantes para a comprovação ou não dos factos referidos no número anterior.
5. O Deputado visado tem o direito de defesa perante a Comissão de Regimento e Mandatos e perante o Plenário, mantendo-se em funções até à deliberação definitiva deste.
6. Nos termos do direito de defesa previsto no número anterior, o Deputado visado pode apresentar perante a Comissão de Regimento e Mandatos os documentos relevantes de que disponha, bem como ser ouvido pela Comissão, podendo aqueles documentos ser anexados ao parecer da Comissão mediante deliberação desta.
7. O Deputado visado tem ainda o direito de fazer uma comunicação ao Plenário por tempo que não pode exceder quinze minutos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 72.º do Regimento, finda a qual se procede de imediato à votação.
8. A votação referida no número anterior é feita por escrutínio secreto e é tomada com os votos de mais de metade do número total dos Deputados, estando o Deputado visado impedido de votar.
9. A perda do mandato determinada ao abrigo dos n.ºs 4 e 5 do artigo 24.º é decidida pelo Presidente da Assembleia Legislativa, sendo inaplicável o disposto nos n.ºs 2 a 8.
10. O Deputado abrangido pela perda do mandato deve abandonar imediatamente a sala do Plenário, podendo o Presidente recorrer às forças de segurança postas ao dispor da Assembleia Legislativa, caso o Deputado se recuse a fazê-lo.
11. A deliberação de perda do mandato ou a decisão tomada pelo Presidente da Assembleia Legislativa nos termos do n.º 9 é publicada no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau* e entram em vigor imediatamente após a sua aprovação ou a tomada de decisão.

第二十條

須予考慮的判決

第十九條第一款（五）項的規定，包括下列情況：

- （一）實際徒刑；
- （二）徒刑的暫緩執行；
- （三）以罰金代替徒刑。

第二十一條

無力履行職務

一、根據及為執行第十九條第一款（一）項規定，在下列任一情況下，議員亦被視為無力履行職務：

- （一）無被選資格；
- （二）被判處《刑法典》第三百零七條所規定的附加刑，但不妨礙第十九條第一款（五）項的規定；
- （三）從事不可延緩、具持久性且實質上與議員職務正常履行相抵觸的活動。

二、上款（一）項及（二）項不僅包括引致嗣後無力履行職務的事實，而且包括議員在選任或委任前的事實，但有關事實經法院確定裁決者，立法會不得覆議。

第二十二條

不得兼任

上條第二款規定經必要配合後適用於第十九條第一款（二）項所指情況。

第二十三條

缺席的解釋

一、議員應預先以書面向立法會主席或有關委員會主席通知其缺席全體會議或委員會的會議。

Artigo 20.º

Delimitação das condenações atendíveis

O disposto na alínea 5) do n.º 1 do artigo 19.º abrange as seguintes situações:

- 1) Pena efectiva de prisão;
- 2) Suspensão da execução de pena de prisão;
- 3) Substituição de pena de prisão por pena de multa.

Artigo 21.º

Incapacidade para o exercício do mandato

1. Nos termos e para os efeitos da alínea 1) do n.º 1 do artigo 19.º, a incapacidade para o desempenho das funções de Deputado ocorre ainda em virtude:

- 1) De incapacidade eleitoral passiva;
- 2) De condenação na pena acessória prevista no artigo 307.º do Código Penal, sem prejuízo do disposto na alínea 5) do n.º 1 do artigo 19.º;
- 3) Do exercício de actividade inadiável, com carácter duradouro e substancialmente incompatível com o regular exercício do mandato.

2. As alíneas 1) e 2) do número anterior abrangem não só os factos determinativos de incapacidade superveniente, como também os factos anteriores à eleição ou nomeação do Deputado, não podendo a Assembleia Legislativa reapreciar factos que tenham sido objecto de decisão judicial transitada em julgado.

Artigo 22.º

Incompatibilidade

Ao caso previsto na alínea 2) do n.º 1 do artigo 19.º aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 23.º

Justificação das faltas

1. Os Deputados devem comunicar previamente por escrito ao Presidente da Assembleia Legislativa ou da respectiva comissão a ausência a qualquer reunião do Plenário ou das comissões.

二、下列情況構成上款規定的例外情況，有關書面通知應於事實發生後五日內為之：

- (一) 患病，但不妨礙第十九條第一款（一）項的規定；
- (二) 子女出生；
- (三) 喪事。

三、對主席行使本條所規定權限而決定議員為無理缺席者，得向執行委員會提出上訴。

第二十四條 違反誓言

一、下列情況視為違反議員誓言：

- (一) 明示放棄第十條第一款所指的效忠；
- (二) 作出經證實在客觀上不擁護《基本法》和對特區不忠的事實。

二、明示放棄效忠應以書面聲明向主席提出，或在全體會議上以口頭方式作出。

三、第一款（二）項所指的事實是指《刑法典》第二卷第五編第一章、第2/2009號法律《維護國家安全法》第二章、第5/1999號法律《國旗、國徽及國歌的使用及保護》第十三條及第6/1999號法律《區旗及區徽的使用及保護》第七條所規定的刑事不法行為。

四、違反第3/2001號法律通過的《澳門特別行政區立法會選舉法》第三十三條第四款規定的情況亦屬第一款（二）項所指的事實。

五、《澳門特別行政區立法會選舉法》第三十三條第二款的規定經作出適當配合後，適用於上款所指的情況。

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as situações seguintes, as quais devem ser comunicadas por escrito no prazo de cinco dias contados da data da ocorrência do facto:

- 1) A doença, sem prejuízo do disposto na alínea 1) do n.º 1 do artigo 19.º;
- 2) A maternidade ou a paternidade;
- 3) O luto.

3. Cabe sempre recurso para a Mesa das decisões de indeferimento proferidas pelo Presidente no uso da competência prevista no presente artigo.

Artigo 24.º

Violação de juramento

1. Verifica-se a violação do juramento de Deputado com:

- 1) A renúncia expressa à fidelidade objecto do juramento a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º;
- 2) A prática de factos que, objectiva e comprovadamente, revelem que não defende a Lei Básica e que não é fiel à RAEM.

2. A renúncia expressa à fidelidade faz-se através de declaração escrita apresentada ao Presidente ou por via de comunicação oral em reunião plenária.

3. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea 2) do n.º 1, são considerados os ilícitos penais tipificados no Capítulo I do Título V do Livro II do Código Penal, no Capítulo II da Lei n.º 2/2009 (Lei relativa à defesa da segurança do Estado), no artigo 13.º da Lei n.º 5/1999 (Utilização e protecção da Bandeira, Emblema e Hino Nacionais), e no artigo 7.º da Lei n.º 6/1999 (Utilização e Protecção da Bandeira e do Emblema Regionais).

4. É ainda considerada, para efeitos do disposto na alínea 2) do n.º 1, a violação das circunstâncias previstas no n.º 4 do artigo 33.º da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, aprovada pela Lei n.º 3/2001.

5. É aplicável à situação referida no número anterior o n.º 2 do artigo 33.º da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, com as necessárias adaptações.

第二十五條

Artigo 25.º

議員的代替

Substituição de Deputado

宣告資格喪失後，根據情況進行補選或重新委任，第八條第三款至第五款規定經必要配合後適用。

Declarada a perda de mandato, procede-se a eleição suplementar ou a nova nomeação, conforme o caso, aplicando-se o disposto nos números 3 a 5 do artigo 8.º, com as necessárias adaptações.

第二章

Capítulo II

任期內的法律狀況**Da situação jurídica do mandato****第一節**

Secção I

豁免**Das imunidades**

第二十六條

Artigo 26.º

免除責任

Irresponsabilidade

議員在立法會會議上的發言和表決，不受法律追究。

Os Deputados não respondem pelas declarações e votos que emitirem nas reuniões da Assembleia Legislativa.

第二十七條

Artigo 27.º

不可侵犯

Inviolabilidade

一、任何議員非經立法會許可不受逮捕、拘留或羈押，但在現行犯情況下被逮捕、拘留者不在此限。

1. Nenhum Deputado pode ser detido ou preso preventivamente sem autorização da Assembleia Legislativa, salvo, no primeiro caso, quando em flagrante delito.

二、上款所指許可可以全體會議議決作出，該議決須在《澳門特別行政區公報》上公佈。

2. A concessão da autorização prevista no número anterior compete ao Plenário, cuja deliberação é publicada no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau*.

第二十八條

Artigo 28.º

刑事程序的許可

Autorização para procedimento penal

一、不妨礙上條及第二十九條規定，議員在特區內被提起刑事程序，在下列情況下，審理該案件的法官，應將該事實通知立法會，由立法會決定是否中止有關議員的職務，但倘屬現行犯，且該罪的刑罰上限為超逾三年徒刑的情況，則不在此限：

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior e no artigo 29.º, movido procedimento penal na RAEM contra Deputado, e salvo em caso de crime punível com pena de prisão de limite máximo superior a três anos, quando em flagrante delito, o juiz do processo comunica o facto à Assembleia Legislativa, que decide se o respectivo mandato deve ou não ser suspenso, quando:

(一) 已作出控訴批示，但無展開預審；或

1) Tendo sido proferido despacho de acusação, não tenha sido aberta a instrução; ou

(二) 已進行預審，並作出確定性的起訴批示或同類批示。

2) Tendo havido lugar à instrução, tenha sido proferido despacho de pronúncia ou equivalente transitado em julgado.

二、全體會議經聽取章程及任期委員會意見後，就中止有關議員職務作出決定。

三、上款規定的議決在《澳門特別行政區公報》上公佈。

四、中止職務具有批准針對議員的刑事訴訟繼續進行的效果。

五、不中止職務，則有下列效果：

(一) 刑事程序的時效中止；

(二) 訴訟程序的中止。

第二十九條

刑事程序的特別制度

一、如議員因故意犯罪且該罪的刑罰上限為五年或以上徒刑而在特區內被提起刑事程序，並根據第二十八條第一款(一)項及(二)項被確定控訴，則其議員職務的中止屬強制性，並於接到審理有關案件的法官通知後開始生效。

二、接到上款所指法官的通知後，經聽取章程及任期委員會意見，全體會議得視乎情節將議員職務的中止限制在被認為與職務的擔任及刑事程序的進行較配合的時間內。

三、上款規定的中止得於接到法官有關通知後延長，但須遵守上款規定。

第三十條

因嚴重違反議員義務的職務中止

一、經適當說明理由和提交所有為此目的屬重要的文件，任何議員得向立法會主席指出其他議員嚴重違反議員義務。

二、倘主席認為所陳述的事實屬重要和具有充分依據，則將有關事項送交章程及任期委員會，章程及任期委員會應展開程序，並在主席訂立的期限內對有關事實獲證明與否發表意見。

2. Compete ao Plenário, ouvida a Comissão de Regimento e Mandatos, decidir a suspensão do mandato.

3. A deliberação prevista no número anterior é publicada no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau*.

4. A suspensão do mandato tem por efeito autorizar o prosseguimento do procedimento penal contra o Deputado.

5. A não suspensão do mandato tem como efeito:

1) A suspensão dos prazos de prescrição do procedimento penal;

2) A suspensão da instância dos autos.

Artigo 29.º

Regime especial para procedimento penal

1. Movido procedimento penal na RAEM contra Deputado, e acusado este definitivamente nos termos das alíneas 1) e 2) do n.º 1 do artigo 28.º, por crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja igual ou superior a cinco anos, a suspensão do mandato é obrigatória e produz efeitos após a recepção da competente comunicação do juiz do processo.

2. Recebida a comunicação do juiz referida no número anterior, pode o Plenário, ouvida a Comissão de Regimento e Mandatos, limitar a suspensão do mandato do Deputado ao tempo que considerar mais adequado, segundo as circunstâncias, ao exercício do cargo e ao andamento do procedimento penal.

3. A suspensão prevista no número anterior pode ser prorrogada, após a recepção da competente comunicação do juiz, observando-se o disposto no número anterior.

Artigo 30.º

Suspensão do mandato por grave violação dos deveres de Deputado

1. Qualquer Deputado pode, de forma devidamente fundamentada e apresentando os documentos relevantes para o efeito, suscitar junto do Presidente da Assembleia Legislativa a grave violação, por parte de qualquer Deputado, dos seus deveres de Deputado.

2. No caso de o Presidente considerar relevantes e devidamente fundamentados os factos alegados, envia o assunto para a Comissão de Regimento e Mandatos, que deve instruir o processo e emitir parecer sobre a comprovação ou não daqueles factos no prazo determinado pelo Presidente.

三、於收到章程及任期委員會的意見書後，倘意見書的結論是存在嚴重違反議員義務的情況，則主席將有關事項送交全體會議作議決。

四、由全體會議議決職務的中止和期間，視乎獲確定的事實嚴重程度，有關期間最低為七日，最高為三十日，但不得超過立法屆結束的日期。

五、不妨礙第一款的規定，主席或執行委員會可要求章程及任期委員會展開調查，以確定議員是否嚴重違反其義務，並將所有為釐清有關事項屬重要的資料送交章程及任期委員會。

六、第十九條第四款至第十款的規定經必要配合後適用於本條規定的事項。

第二節 議員的權利

第三十一條 履行職務的條件

一、確保議員有適當條件，以便有效履行其職務，尤其是與市民的必要接觸。

二、每位議員均有權在立法會會址內具有適當的工作條件。

第三十二條 公共實體的合作

一、不妨礙《基本法》第五十條（十五）項和第六十四條（六）項規定，行政長官、政府主要官員、公共機關及部門、公務法人及其他包括自治實體在內的公共實體和被特許企業，均有義務在議員履行職務時或基於職務原因提供合作。

二、上款所規定的合作要求須透過主席提出，特別是指有關實體提供議員所要求的文件、資料和官方刊物，但須遵守倘有的法律限制；並在不影響有關實體本身運作的情況下，盡可能提供設施以舉行工作會議。

3. Após a recepção do parecer da Comissão de Regimento e Mandatos que conclua no sentido de grave violação dos deveres do Deputado, o Presidente submete o assunto ao Plenário para efeitos de deliberação.

4. Compete ao Plenário deliberar sobre a suspensão do mandato e respectiva duração, não podendo esta, atendendo à gravidade dos factos apurada, ser inferior a sete nem superior a trinta dias, ou ultrapassar o termo da Legislatura.

5. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Presidente ou a Mesa podem solicitar à Comissão de Regimento e Mandatos que proceda a um inquérito para apurar se determinado Deputado violou gravemente os seus deveres, enviando à Comissão todos os elementos de que disponham que sejam relevantes para o esclarecimento da matéria.

6. À matéria prevista neste artigo aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 4 a 10 do artigo 19.º.

Secção II

Dos direitos dos Deputados

Artigo 31.º

Condições de exercício das funções

1. São garantidas aos Deputados as condições adequadas ao eficaz exercício das suas funções, designadamente ao indispensável contacto com a população.

2. Cada Deputado tem direito a dispor de condições adequadas de trabalho na sede da Assembleia Legislativa.

Artigo 32.º

Cooperação das entidades públicas

1. Sem prejuízo do disposto na alínea 15) do artigo 50.º e na alínea 6) do artigo 64.º da Lei Básica, o Chefe do Executivo, os titulares dos principais cargos do Governo, os órgãos, serviços, institutos e demais entidades públicas, ainda que autónomas, e as empresas concessionárias, estão sujeitos ao dever geral de cooperação com os Deputados, no exercício das suas funções ou por causa delas.

2. A cooperação prevista no número anterior deve ser solicitada através do Presidente e implica, nomeadamente, o fornecimento de quaisquer elementos, informações e publicações oficiais, no respeito pelas restrições legais que ao caso caibam, bem como o dever de facultar, sempre que possível, instalações para reuniões de trabalho, desde que tal não afecte o funcionamento das entidades em causa.

第三十三條

出庭的許可

一、議員須獲立法會執行委員會許可方得出庭作為證人、鑑定人或陪審員，或作為聲明人或嫌犯應訊；但在現行犯情況下被拘留，且以嫌犯身份應訊者除外。

二、無論執行委員會的議決是許可或拒絕，均應事先聽取有關議員的陳述。

第三十四條

官方行為或工作的缺席

一、議員因參加立法會會議、議員團或代表團，而缺席立法會以外的官方行為或工作，則有關缺席構成該等行為或工作延期進行的正當理由，且議員毋須承擔任何負擔或訴訟費。

二、議員對同一項官方行為或工作引用上款所指理由不得超逾兩次。

第三十五條

工作與社會福利的保障

議員不得因履行職務而損害其職位、社會福利或固定職業。

第三十六條

其他權利

一、議員亦享有如下的權利：

(一) 本人及其家屬享有醫療、外科、藥物及最高等級住院的待遇，與提供予特區公共行政工作人員者相同；

(二) 根據法律規定自由進出受通行限制的公共場所；

(三) 擁有議員證，其格式和使用規則以決議制定；

(四) 免費取得《澳門特別行政區公報》和《立法會會刊》；

Artigo 33.º

Autorização para intervenção em juízo

1. Os Deputados carecem de autorização da Mesa da Assembleia Legislativa para poderem intervir em juízo como testemunhas, peritos ou jurados, e para poderem ser ouvidos como declarantes ou arguidos, salvo, neste último caso, quando detidos em flagrante delito.

2. A deliberação da Mesa, seja ela de autorização ou de recusa, é sempre precedida de audição do Deputado em causa.

Artigo 34.º

Faltas a actos ou diligências oficiais

1. A falta de Deputados, por causa de reuniões, deputações ou delegações da Assembleia Legislativa, a actos ou diligências oficiais a ela estranhos, constitui sempre motivo justificativo do adiamento destes, sem quaisquer encargos ou custas.

2. Não pode ser invocado o fundamento previsto no número anterior mais de duas vezes relativamente ao mesmo acto ou diligência oficial.

Artigo 35.º

Garantias de trabalho e benefícios sociais

Os Deputados não podem ser prejudicados na sua colocação, nos seus benefícios sociais ou no seu emprego permanente, por causa do desempenho do seu mandato.

Artigo 36.º

Outros direitos

1. Os Deputados gozam ainda dos seguintes direitos:

1) Assistência médica, cirúrgica, farmacêutica e hospitalar, na classe mais favorável, para si e seus familiares, nos precisos termos em que essa assistência é prestada aos trabalhadores da Administração Pública da RAEM;

2) Livre trânsito em locais públicos de acesso condicionado, nos termos da lei;

3) Cartão de identificação, cujo modelo e regras de utilização são fixadas em resolução;

4) Recepção gratuita do *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau* e do *Diário da Assembleia Legislativa*;

(五) 在履行職務時，免費使用郵政、電報、電話、電腦服務及立法會行政上的一般服務；

(六) 視乎情況免費獲得中文或葡文報章內容的正式譯本；

(七) 自衛槍的持有、使用及佩帶權，且無需聲明或許可；

(八) 為立法會外出公幹，享有日津貼、啟程津貼、頭等航空機票、人身和行李保險，其條件由執行委員會訂定；

(九) 設立接待市民辦事處。

二、上款（一）項所規定的權利於議員任期屆滿後仍繼續享有。

三、議員有權收取相當於其月薪俸百分之六十五的月津貼，用以支付接待市民辦事處的運作開支和聘請輔助人員。

四、就《職業稅章程》第四條的效力而言，上款所指津貼屬不課稅收益。

五、發給第三款所指津貼的行政程序，由執行委員會訂定。

5) Utilização gratuita, no exercício das suas funções, dos serviços postais, telegráficos, telefónicos, informáticos e, em geral, dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa;

6) Fornecimento gratuito das traduções oficiais de artigos da imprensa portuguesa ou chinesa, conforme os casos;

7) Direito a detenção, uso e porte de arma de defesa, independentemente de manifesto ou licença;

8) Ajudas de custo diárias e de embarque, passagens aéreas em primeira classe e seguros de vida e de bagagem, quando se desloquem em serviço da Assembleia Legislativa, em condições a fixar pela Mesa;

9) Criar gabinetes de atendimento à população.

2. O direito previsto na alínea 1) do número anterior mantém-se após o termo do mandato do Deputado.

3. Os Deputados têm direito a um subsídio mensal correspondente a 65% do seu vencimento mensal destinado às despesas de funcionamento dos Gabinetes de atendimento à população e à contratação de pessoal de apoio.

4. O subsídio a que se refere o número anterior constitui matéria não colectável para efeitos do disposto no artigo 4.º do Regulamento do Imposto Profissional.

5. Os procedimentos administrativos relativos ao processamento do subsídio referido no n.º 3 são fixados pela Mesa.

第三節 議員的義務

第一分節 利益衝突

第三十七條 範圍

一、議員不得參與與其個人直接的、即時的財產利益或非財產利益有關的事項的討論和表決。

二、為執行上款規定，與議員有血親或姻親關係的人士的相同性質的利益，亦視為上款所指議員的利益。

Secção III

Dos deveres dos Deputados

Subsecção I

Do conflito de interesses

Artigo 37.º

Âmbito

1. Os Deputados não podem participar na discussão e votação de matérias em que detenham interesse, patrimonial ou não, que seja directo, pessoal e imediato.

2. Para os efeitos do disposto no número anterior, também são considerados os interesses da mesma natureza detidos pelas pessoas que tenham uma relação de parentesco ou afinidade com os Deputados.

三、第一款規定，不妨礙有關議員出席全體會議或各委員會會議的權利，以及應要求提交資料和作出說明的權利。

第三十八條 聲明及指摘

一、議員當涉及上條第一款所指利益時，應在有關事項討論前作出聲明。

二、聲明應以書面作出，並按情況交予立法會主席或對有關事項進行討論或表決的委員會的主席，以便向全體會議宣告或通知有關委員會的其他成員。

三、任何議員得指摘其他議員涉及上條第一款所指的利益並陳述理由，但不妨礙上款所指的聲明。

四、在上款規定的情況下，如無作出第一款和第二款所指的聲明，則按情況由全體會議或委員會議決是否存在被指摘的事實。

第三十九條 效力

一、如聲明或議決指出議員涉及第三十七條第一款規定的利益，則禁止有關議員發言和行使表決權，但不妨礙該條第三款規定。

二、根據上款規定，沒有行使表決權者不視為棄權。

第二分節 議員的其他義務

第四十條 義務

一、議員負有下列義務：

(一) 嚴格遵守和擁護《基本法》，效忠中華人民共和國澳門特別行政區，維護《中華人民共和國憲法》及《基本法》確定的憲制秩序；

3. O disposto no n.º 1 não preclude o direito de assistir às reuniões plenárias ou das comissões, nem o direito de prestar as informações e os esclarecimentos que sejam solicitados.

Artigo 38.º

Declaração e invocação

1. A existência do interesse previsto no n.º 1 do artigo anterior deve ser declarada pelos Deputados até ao início da discussão da matéria em causa.

2. A declaração deve ser feita por escrito e dirigida ao Presidente da Assembleia Legislativa ou da comissão onde seja discutida ou votada a matéria em causa, sendo objecto de comunicação ao Plenário ou aos restantes membros da comissão, conforme o caso.

3. Qualquer Deputado pode invocar, fundamentadamente, a existência do interesse previsto no n.º 1 do artigo anterior relativamente a outro Deputado, sem prejuízo da declaração a que se refere o número anterior.

4. No caso previsto no número anterior, o Plenário ou a comissão, conforme o caso, delibera sobre a existência da situação invocada, se não tiver sido feita a declaração a que se referem os números 1 e 2.

Artigo 39.º

Efeitos

1. A declaração ou a deliberação no sentido da existência do interesse previsto no n.º 1 do artigo 37.º tem por efeito impedir o uso da palavra e o exercício do direito de voto do Deputado em causa, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do mesmo artigo.

2. O não exercício do direito de voto, nos termos do número anterior, não conta para o apuramento da abstenção.

Subsecção II

Dos outros deveres

Artigo 40.º

Elenco

1. Constituem deveres dos Deputados:

1) Observar rigorosamente e defender a Lei Básica, ser fiel à RAEM da República Popular da China e defender a ordem constitucional estabelecida na Constituição da República Popular da China e na Lei Básica;

(二) 踐行“愛國者治澳”原則，維護國家主權、安全、發展利益；

(三) 尊重和履行根據《基本法》第一百零一條和第四/1999號法律規定所作出的效忠宣誓；

(四) 尊重立法會和議員的尊嚴；

(五) 尊重立法會主席和執行委員會的權責，維護立法會的依法有序運作；

(六) 擔任或履行在立法會內獲選出任的職位和職務，盡忠職守，廉潔奉公，密切聯繫市民；

(七) 出席全體會議和所屬委員會會議，參加表決；

(八) 不參加存在利益衝突的表決；

(九) 嚴格遵守本法律及特區現行的其他法律和規範性文件、立法會的《議事規則》、決議以及全體會議和執行委員會的議決；

(十) 尊重特區行政機關和司法機關的權限和尊嚴；

(十一) 致力為立法會工作的質素、效率和聲譽作出貢獻；

(十二) 一般性對特區的聲譽、發展和成功作出貢獻。

二、就上款(八)項規定的效力而言，倘表決的結果對議員的權利義務範圍造成直接和即時的財產或非財產性的結果，視為議員存在利益衝突。

第三分節 義務的履行

第四十一條 譴責

一、不影響第十九條、第二十八條至第三十條的規定，全體會議得對違反本法律、《議事規則》和立法會其他決議規定的義務的議員予以譴責。

2) Concretizar o princípio “Macau governado por patriotas” e defender a soberania, a segurança e o interesse de desenvolvimento do Estado;

3) Respeitar e cumprir o juramento de fidelidade prestado ao abrigo do disposto no artigo 101.º da Lei Básica e na Lei n.º 4/1999;

4) Respeitar a dignidade da Assembleia Legislativa e dos Deputados;

5) Acatar a autoridade do Presidente e da Mesa e defender o funcionamento legal e ordenado da Assembleia Legislativa;

6) Desempenhar na Assembleia Legislativa os cargos e as funções para que sejam eleitos, desempenhar fielmente as funções em que sejam investidos, ser honestos e dedicados para com o público e desenvolver um relacionamento estreito com os cidadãos;

7) Comparecer às reuniões plenárias e das comissões a que pertençam e participar nas votações;

8) Não participar em votações em que se encontrem em situação de conflito de interesses;

9) Cumprir rigorosamente a presente e as demais leis e actos normativos vigentes na RAEM, o Regimento, as resoluções, e as deliberações do Plenário e da Mesa da Assembleia Legislativa;

10) Respeitar as competências e a dignidade dos órgãos executivos e judiciais da RAEM;

11) Contribuir diligentemente para a qualidade, a eficácia e o prestígio dos trabalhos da Assembleia Legislativa;

12) Em geral, contribuir para o prestígio, desenvolvimento e sucesso da RAEM.

2. Para efeitos da alínea 8) do número anterior, considera-se que um Deputado está em situação de conflito de interesses quando do resultado da votação resulte uma consequência directa e imediata, patrimonial ou não, na sua esfera jurídica.

Subsecção III

Do cumprimento dos deveres

Artigo 41.º

Censura

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 19.º e nos artigos 28.º a 30.º, o Deputado que violar os deveres previstos na presente lei, no Regimento e nas demais resoluções da Assembleia Legislativa pode ser objecto de censura pelo Plenário.

二、上款所指的譴責須透過適當說明理由的書面申請，由不超過九名議員簽署向主席提出，且該申請應附同為說明當中所主張的事實屬重要的任何文件。

三、主席應要求申請人提交任何其認為對證明申請所主張的事實屬必需的補充資料，並可要求章程及任期委員會發表意見；章程及任期委員會應聽取有關議員陳述和要求其提交委員會認為對釐清有關事項屬重要的資料。

四、申請一經接納，主席將申請書副本分發全體議員，並因應立法會的工作將申請的表決列入全體會議的議程，但不得安排在全體議員收到申請書後十日內進行表決。

五、對譴責進行的表決中，提出申請的議員或共同申請人中的首位申請人作不超過五分鐘的發言，以向全體會議解釋導致提出申請的事實。

六、譴責所針對的議員在全體會議上有辯護權，時間不得超過十五分鐘，完結後隨即進行表決。

七、上款所指的表決須以不記名投票方式進行，由全體議員過半數通過，且譴責所針對的議員不得投票。

八、全體會議的議決須公佈於《澳門特別行政區公報》，並在公佈後生效。

2. A censura a que se refere o número anterior pode ser apresentada ao Presidente por qualquer Deputado e ser subscrita até um número máximo de nove Deputados, mediante requerimento escrito devidamente fundamentado, devendo ser juntos ao mesmo quaisquer documentos relevantes para o esclarecimento dos factos nele alegados.

3. O Presidente deve solicitar ao Proponente quaisquer elementos complementares que entenda necessários à comprovação dos factos alegados no requerimento, podendo solicitar a emissão de parecer à Comissão de Regimento e Mandatos, devendo esta ouvir o Deputado em causa e solicitar-lhe os elementos que considere relevantes para o esclarecimento da matéria.

4. Admitido o requerimento, o Presidente distribui cópia a todos os Deputados e agenda a sua votação para reunião plenária em conformidade com os trabalhos da Assembleia Legislativa, não podendo, contudo, ser agendada a votação antes de decorridos 10 dias sobre a recepção do requerimento por todos os Deputados.

5. Aquando da votação da censura, o Deputado proponente ou o primeiro dos Deputados proponentes faz uma explanação ao Plenário sobre os factos que determinaram a sua propositura, a qual não pode exceder cinco minutos.

6. O Deputado objecto de censura tem o direito de defesa perante o Plenário, por tempo que não pode exceder quinze minutos, findo o qual se procede de imediato à votação.

7. A votação referida no número anterior é feita por escrutínio secreto e tomada por mais de metade do número total dos Deputados, estando o Deputado objecto de censura impedido de votar.

8. A deliberação do Plenário é publicada no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau* e entra em vigor após a sua publicação.

第四節

議員職務上的權力和義務

第四十二條

準用

議員行使立法和監察方面的職務上權力，以及對其本身屬輔助性的其他權力和義務，均由《立法會議事規則》規範。

Secção IV

Dos poderes e deveres funcionais dos Deputados

Artigo 42.º

Remissão

São regulados no Regimento da Assembleia Legislativa os poderes funcionais dos Deputados em matéria legislativa e de fiscalização, bem como os outros poderes e deveres que lhes sejam instrumentais.

第三編**議員報酬的規定****第四十三條****主席的報酬和其他權利**

- 一、立法會主席每月的薪俸為行政長官薪俸百分之八十。
- 二、主席有權使用官邸和官方車輛。
- 三、主席每月可使用相當於其薪俸百分之三十的交際費，但不妨礙下一款規定。
- 四、如某個月的交際費有剩餘，該餘額累積於在下一個月的交際費內。
- 五、上款規定的剩餘金額連續累積不得超過兩次。
- 六、交際費不包括主席官邸和車輛的支出，該費用按照執行委員會訂出的規定支付。
- 七、十二月二十一日第87/89/M號法令通過的《澳門公共行政工作人員通則》第二百二十七條規定的制度經必要配合後，適用於交際費的處理。

第四十四條**副主席的報酬**

- 一、立法會副主席每月薪俸為行政長官薪俸百分之六十。
- 二、副主席有權使用官方車輛。

第四十五條**第一秘書、第二秘書的報酬**

- 一、立法會執行委員會第一秘書、第二秘書每月的薪俸為行政長官薪俸百分之二十五。
- 二、第一秘書、第二秘書還收取相當於為議員所定月薪俸的五分之一的月津貼。

Título III**Do estatuto remuneratório dos Deputados****Artigo 43.º****Remuneração e outros direitos do Presidente**

1. O Presidente percebe mensalmente um vencimento correspondente a 80% do vencimento do Chefe do Executivo.
2. O Presidente tem direito a residência e a viatura oficiais.
3. O Presidente pode realizar despesas de representação mensais de valor correspondente a 30% do seu vencimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
4. Sempre que em determinado mês não se atinja o valor previsto no número anterior, pode acrescer-se ao valor das despesas de representação do mês seguinte o montante remanescente relativo àquele mês.
5. O direito a acrescer previsto no número anterior apenas pode ser exercido, sucessivamente, até ao segundo mês posterior ao do mês a que respeita o montante remanescente.
6. Não se incluem nas despesas de representação as despesas de funcionamento da residência e da viatura oficiais do Presidente, as quais são abonadas nos termos a fixar pela Mesa.
7. Ao processamento das despesas de representação aplica-se, com as necessárias adaptações, o regime previsto no artigo 227.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro.

Artigo 44.º**Remuneração do Vice-Presidente**

1. O Vice-Presidente percebe mensalmente um vencimento correspondente a 60% do vencimento do Chefe do Executivo.
2. O Vice-Presidente tem direito a viatura oficial.

Artigo 45.º**Remuneração do 1.º Secretário e do 2.º Secretário**

1. O 1.º Secretário e o 2.º Secretário da Mesa percebem mensalmente um vencimento correspondente a 25% do vencimento do Chefe do Executivo.
2. O 1.º Secretário e o 2.º Secretário percebem ainda um abono mensal correspondente a um quinto do vencimento mensal estabelecido para os Deputados.

第四十六條
議員的報酬

- 一、立法會議員每月的薪俸為行政長官薪俸百分之二十五。
- 二、議員每一次無理缺席全體會議，將在其月薪俸內扣除十五分之一。
- 三、屬委員會成員的議員，有權收取每次出席會議的出席費，款額相當於其月薪俸的百分之二點五。
- 四、擔任委員會主席的議員，有權收取每次主持會議的出席費，款額相當於其月薪俸的百分之五。
- 五、擔任輔助部門行政委員會主席的議員，收取相當於其月薪俸百分之十的月津貼。

第四十七條
稅務制度

本編規定的報酬，僅受特區公共行政工作人員所適用的稅務制度規範。

第四編
最後及過渡規定

第四十八條
全體會議議決的表決規則

第二十七條第二款及第二十八條第二款所規定的議決以不記名投票方式，由全體議員過半數通過。

第四十九條
第一屆立法會

- 一、澳門特別行政區第一屆立法會有兩個會期，於二零零一年十月十五日結束。
- 二、第一會期至二零零零年十月十五日。

Artigo 46.º

Remuneração dos Deputados

1. Os Deputados percebem mensalmente um vencimento correspondente a 25% do vencimento do Chefe do Executivo.
2. Por cada falta injustificada a qualquer reunião plenária é descontada, no vencimento mensal do Deputado faltoso, a importância de 1/15 desse vencimento.
3. Os Deputados que sejam membros de comissões têm direito a uma senha de presença, por cada reunião a que compareçam, de montante correspondente a 2,5% do seu vencimento mensal.
4. Os Deputados que presidam a reuniões de comissão têm direito a uma senha de presença por cada reunião a que presidam, de montante correspondente a 5% do seu vencimento mensal.
5. O Deputado que presida ao Conselho Administrativo dos Serviços de Apoio percebe um abono mensal correspondente a 10% do seu vencimento mensal.

Artigo 47.º

Regime fiscal

As remunerações previstas no presente Título estão sujeitas unicamente ao regime fiscal aplicável aos trabalhadores da Administração Pública da RAEM.

Título IV

Das disposições finais e transitórias

Artigo 48.º

Regras de votação das deliberações do Plenário

As deliberações previstas no n.º 2 do artigo 27.º e no n.º 2 do artigo 28.º são tomadas com os votos de mais de metade do número total dos Deputados, através de escrutínio secreto.

Artigo 49.º

Primeira legislatura

1. A primeira legislatura da Assembleia Legislativa termina no dia 15 de Outubro de 2001 e é constituída por duas sessões legislativas.
2. A primeira sessão legislativa termina no dia 15 de Outubro de 2000.

三、第四條第二款規定適用於第二會期。

3. À segunda sessão legislativa aplica-se o disposto no n.º 2 do artigo 4.º.

第五十條

已開展的工作

Artigo 50.º

Funções já iniciadas

一、第十一條第一款及第十二條的規定不適用於一九九九年十二月二十日前已開展工作的第一屆立法會議員。

1. Não se aplica o disposto no n.º 1 do artigo 11.º e no artigo 12.º aos Deputados da primeira legislatura que tenham iniciado funções antes de 20 de Dezembro de 1999.

二、一九九九年十二月二十日前已選出的執行委員會成員，繼續維持其職務至第一屆立法會結束。

2. Os membros da Mesa eleitos antes de 20 de Dezembro de 1999 mantêm-se em funções até ao termo da primeira legislatura.

第五十一條

預算負擔

Artigo 51.º

Encargos orçamentais

執行本法律所產生的負擔，由立法會本身預算所登錄的相應撥款支付。

Os encargos decorrentes da aplicação da presente lei são suportados por conta das dotações para o efeito inscritas no orçamento privativo da Assembleia Legislativa.

第五十二條

產生效力

Artigo 52.º

Produção de efeitos

一、在不妨礙下款規定的情況下，本法律自一九九九年十二月二十日產生效力。

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a presente lei produz efeitos desde 20 de Dezembro de 1999.

二、第十五條、第十六條、第十九條、第二十一條、第二十二條、第二十三條、第二十四條、第二十五條、第二十八條及第四十六條第二款僅自本法律公佈日起產生效力。

2. O disposto nos artigos 15.º, 16.º, 19.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º e 28.º, e no n.º 2 do artigo 46.º produz efeitos apenas a partir da data de publicação da presente lei.

二零零零年三月二十三日通過。

Aprovada em 23 de Março de 2000.

立法會主席 曹其真

A Presidente da Assembleia Legislativa, *Susana Chou*.

二零零零年四月十日簽署。

Assinada em 10 de Abril de 2000.

命令公佈。

Publique-se.

行政長官 何厚鏞

O Chefe do Executivo, *Ho Hau Wah*.